

# Desgaste com Senado é anterior à crise aliada

## *Proibição da venda de Furnas e correção do IR mostram falta de sintonia com Planalto*

EUGÊNIA LOPES

**B**RASÍLIA – Antes mesmo de a crise entre os partidos da base aliada atingir seu ponto mais intenso, o Senado vinha demonstrando falta de sintonia com os interesses do Palácio do Planalto, aprovando projetos de impacto negativo para o governo. Nesta situação, encontra-se a proibição da privatização das Centrais Elétricas de Furnas. É o caso ainda da correção da tabela do Imposto de Renda (IR) da pessoa física, obrigando os líderes governistas na Câmara a trabalharem pela derubada da proposta junto aos deputados.

Existem, pelo menos, outras nove propostas já apreciadas pelos senadores que, de alguma forma, trazem prejuízos para a política econômica do governo. São projetos como o que destina R\$ 300 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para compra de táxis

em cidades com mais de 50 mil habitantes. Ainda não há estimativa de quanto o governo perderá em arrecadação ou terá de gastar a mais se as propostas forem aprovadas também na Câmara.

Na maioria das vezes, os projetos considerados prejudiciais ao governo são aprovados no Senado por “cochilo” da base aliada e de interesses partidários. Existe ainda a situação em que os senadores dos partidos governistas não intervêm pois a proposta tem apelo popular e, por isso, deixam para os deputados a tarefa de derrubar o projeto. “É o caso da correção da tabela do Imposto de Renda: era uma medida popular e os senadores da base resolveram aprová-la e transferir o problema para as mãos dos deputados, que ficaram encarregados de derrubar o projeto”, diz o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE).

“Às vezes, os líderes não querem entrar em choque com um

grupo de senadores e deixam o problema para ser resolvido pela Câmara”, completa um senador tucano. Essa tese é refutada pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES), que credita a aprovação da proposta do IR à independência dos senadores. “O senador tem mais autonomia política até porque são originários do voto majoritário”, disse o autor do projeto.

A aprovação da correção passou despercebida pelos líderes da base aliada porque foi votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 6 de dezembro de 2000, no auge da briga entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL)

BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Os governistas não recorreram da decisão e a proposta não foi analisada pelo plenário do Senado, indo direto para a Câmara. O apelo popular conquistou deputados como Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Odelmo Leão (PPB-MG), que assinaram o pedido de urgên-

cia para a apreciação do projeto. O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), se apressou em pôr em votação o pedido.

**Estratégia** – Preocupado com a perda de R\$ 3,8 bilhões ao ano de arrecadação com a correção, o Planalto montou estratégia para impedir a votação. Os líderes da base conseguiram esvaziar o plenário e convencer Aécio a pôr o pedido de urgência numa longa fila. “O governo controla mais os deputados porque na Câmara as grandes amarrações são feitas por bancadas e passam por liberação de recursos de emendas ao orçamento”, acusa um senador.

A proposta que proíbe a privatização de Furnas foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado também por um “cochilo” dos governistas. Mas, ao contrário da correção da tabela do IR, o projeto dificilmente chegará à Câmara porque precisa ainda ser apreciado pela CAE. E aí o governo já estará alerta e deverá fazer uma grande mobilização para derrubar o projeto.

**P**ROBLEMAS  
FICAM  
ACUMULADOS  
NA CÂMARA